

GUIANA-VENEZUELA / Presidente venezuelano celebra resultado do referendo sobre anexação do território vizinho do Essequibo, em que 95% dos eleitores apoiam medida. Especialistas minimizam impacto da votação e veem jogada política

Maduro promete "recuperar" província

» RODRIGO CRAVEIRO

Assinar e exibir a ata de notificação da "vontade absoluta e democrática expressada pelo povo venezuelano no referendo consultivo em defesa da Guiana Essequiba", o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, comemorou o resultado e declarou: "Essa consulta é vinculante e, na condição de chefe de Estado, acato o mandato". De acordo com o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), 95% dos eleitores apoiaram a criação de uma província venezuelana no Essequibo, território disputado com a Guiana e rico em petróleo. "A decisão que vocês tomaram dá um impulso vital poderosíssimo (...) Agora, sim, vamos recuperar os direitos da Venezuela históricos na Guiana Essequiba; agora, sim, vamos fazer justiça", afirmou Maduro.

Elvis Amoroso, presidente do organismo, anunciou que 10.431.907 venezuelanos — 35% da população e mais da metade do eleitorado (20,7 milhões) — participaram da votação. "Se o referendo consultivo não é vinculante, o que é? Se a voz do povo não é vinculante, o que é?", indagou Maduro.

Além da nova província, os eleitores aprovaram a concessão de nacionalidade venezuelana a seus 125 mil habitantes, que representam 15% dos cidadãos guianenses. As primeiras reações em Georgetown, capital da Guiana, foram de cautela. "Temos que permanecer sempre vigilantes. Embora não acreditemos que ele vá ordenar uma invasão, temos que ser realistas sobre o ambiente na Venezuela e o fato de que o presidente Maduro pode fazer algo muito imprevisível", declarou Hugh Todd, chanceler guianense.

Especialistas veem uma manobra de Maduro para tentar fortalecer o próprio capital político, dias depois de a oposição escolher a deputada María Corina Machado como candidata ao Palácio de Miraflores em 2024.

Em entrevista ao **Correio**, o embaixador Víctor Rodríguez Cedeño, ex-membro da Comissão de Direito Internacional na ONU e professor de direito internacional, qualificou de "inaceitável" a anexação do território de Essequibo. "O caso estava em um processo judicial ante a Corte Internacional de Justiça (CIJ), onde cabe à Venezuela reclamar a sua titularidade jurídica. Um referendo seria algo contrário ao direito

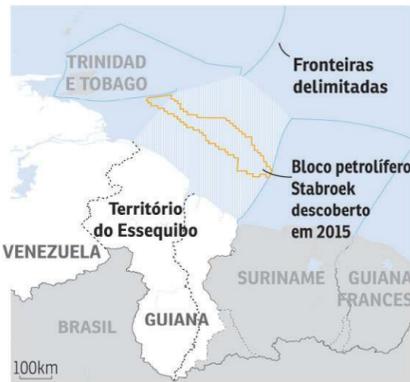
Federico Parra/AFP



Maduro (E) mostra a ata com o resultado da consulta popular de domingo, aplaudido pelo chefe do Conselho Nacional Eleitoral, Elvis Amoroso

A disputa territorial entre Venezuela e Guiana

Área reivindicada pela Guiana



Área reivindicada pela Venezuela



Fonte: Convenção da ONU sobre o Direito do Mar, CIJ, governo da Venezuela, Andreas Østthagen (Fridtjof Nansen Institute), Áslaug Ágæisdóttir (Bates College)

Dados cartográficos: OSM, Flanders Marine Institute, Ministério de Recursos Naturais da Guiana

internacional. Os venezuelanos e a comunidade internacional não podem aceitar que se anexe um território dessa maneira. Existem formas de chegar a um arranjo e apelar à Corte Internacional de Justiça", explicou.

Cedeño disse que Essequibo não importa muito à Venezuela. "O interesse de Maduro é mais por razões políticas internas, pois ele é visto como um líder que levanta a bandeira do patriotismo, do nacionalismo, da recuperação do território de Essequibo. O que ele quer,

simplesmente, é um benefício político interno. Ele está aterrizado ante a ascensão da candidatura de María Corina Machado para as eleições de 2024. Machado significa, para 80% dos venezuelanos, a esperança em regressarem à democracia."

Professor de direito internacional da Universidad Central de Venezuela, o advogado venezuelano Héctor Faúndez Ledesma minimiza os impactos do referendo de domingo. "Qual o efeito da votação ante o processo na Corte Internacional de Justiça?

No meu entender, zero. O resultado do referendo não afetará, em absoluto, os procedimentos que estão em curso na Corte Internacional de Justiça. Não terá nenhum efeito prático", disse ao **Correio**. Ele também descartou uma aventura militar de Maduro no país vizinho. "Honestamente, não acredito nisso. A capacidade militar da Venezuela é dez vezes superior à da Guiana. Seria uma aventura sem respaldo da comunidade internacional e isso causaria mais danos a Maduro e à Venezuela.

Para Ledesma, Maduro usa o referendo como desculpa para abandonar o processo na CIJ. "Parece que os advogados da Venezuela não têm pronto o documento de contramemória que deve ser apresentado à Corte em 2024. Sob esse ponto de vista, Maduro acreditava que a melhor opção seria sair do processo. No âmbito interno, parece que o que havia por trás do referendo era o desejo de levantar a imagem do presidente da República em volta na bandeira nacional. Ele apostava que o referendo contaria com grande participação nacional, maior do que a registrada durante as primárias da oposição. Isso não ocorreu."

"Bom senso"

No domingo, ao comentar o referendo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse esperar que o "bom senso" prevaleça entre Caracas e Georgetown. "O que a América do Sul não está precisando é de confusão", acrescentou Lula. Os Estados Unidos advertiram Maduro que a disputa com a Guiana não pode ser resolvida por meio de uma consulta popular. O porta-voz do Departamento de Estado norte-americano, Matthew Miller, esclareceu que Washington defende o respeito à fronteira estabelecida em 1899, "enquanto não houver um acordo entre as partes ou um organismo competente decidir".

Eu acho...



Arquivo pessoal

"Para Maduro, o Essequibo não é importante. Lamentavelmente, eles (venezuelanos) não lutaram pelo reconhecimento da soberania sobre o território de Essequibo. Agora, reclamam isso por motivações políticas internas, para obter votos aos projetos políticos rejeitados pela maioria dos venezuelanos. Maduro não teve o respaldo esperado no referendo, e os números foram falsificados."

Víctor Rodríguez Cedeño, embaixador, ex-membro da Comissão de Direito Internacional na ONU e da Corte Internacional de Justiça



Arquivo pessoal

"Do ponto de vista diplomático, a tentativa da Venezuela de reter o território do Essequibo não terá nenhum respaldo. Provavelmente, poderia haver alguma expressão mais ou menos solidária da Argentina, por conta das Malvinas. Não vejo muita possibilidade de uma invasão militar venezuelana. O governo de Maduro sai do referendo com uma votação 10% menor do que o padrão eleitoral. Isso não dá a Maduro mandato para fazer qualquer coisa."

Héctor Faúndez Ledesma, professor de direito internacional da Universidad Central de Venezuela

HORROR NO ORIENTE MÉDIO

Guerra se estende para o sul de Gaza

Com a Faixa de Gaza praticamente isolada do mundo, em meio a um blecaute das telecomunicações, as Forças de Defesa de Israel (IDF) estenderam as incursões terrestres ao sul do enclave palestino e ampliaram a guerra ao movimento fundamentalista palestino Hamas. Dezenas de tanques, veículos de transporte de tropas e retroescavadeiras se deslocaram pela região de Khan Yunis, enquanto a população partia em fuga mais uma vez. "Não há lugar seguro para irmos! Bombardeios por toda a parte", desabafou a jornalista palestina Sarah Hassan, por meio da rede social X. "É a noite mais sangrenta que vivemos

em minha cidade", escreveu, na mesma rede social, o professor Muhammad Smiry, 30 anos, morador de Khan Yunis.

"As IDF continuam operando contra o Hamas onde e quando precisarmos. Focamos no norte, mas, caso necessário, aumentaremos as operações, inclusive em toda a Faixa de Gaza", afirmou ao **Correio** o brasileiro Rafael Rozenszajn, major e porta-voz das IDF. "Não podemos comentar detalhes operacionais, mas as nossas missões centrais permanecem as mesmas: trazer de volta todos os nossos reféns, desmantelar o Hamas e restaurar a segurança nas fronteiras de Israel. Ao fazê-lo, garantimos que a ajuda

humanitária continua a chegar à população de Gaza."

Mapa humanitário

Rozenszajn assegurou que o Exército israelense permite a fuga de civis para áreas mais seguras e "longe das zonas de conflito". "Nós fornecemos um mapa com detalhes das áreas humanitárias seguras", explicou. Ao ser questionado sobre uma invasão ao sul de Gaza, ele respondeu que não pode confirmar nem negar. "Onde for necessário fazer incursões para desmantelar o Hamas, as IDF vão operar."

Em visita à Faixa de Gaza, Mirjana Spoljaric — presidente do

Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) — denunciou o sofrimento "intolerável" da população civil. "Reitero o apelo urgente para que se proteja os civis de acordo com as leis da guerra e que se permita a entrada de ajuda sem obstáculos", escreveu na rede social X, o antigo Twitter. Todor Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), desafiou a ordem das IDF para esvaziar, em 24 horas, um armazém de material médico no sul de Gaza. "Pedimos a Israel que retire a ordem e tome todas as medidas para proteger os civis e as infraestruturas civis, incluindo os hospitais e as instalações humanitárias."

Mahmud Hams/AFP



Palestinos feridos chegam ao Hospital Nasser, em Khan Yunis

Em 60 dias de guerra, completados hoje, quase 16 mil pessoas morreram na ofensiva lançada pelas IDF em resposta a um massacre cometido pelo Hamas, em 7 de outubro, quando 1.200

civis israelenses e estrangeiros foram assassinados em 20 kibbutzim do sul de Israel. Desde o início da ofensiva terrestre, Israel perdeu 75 soldados e outros 326 durante o atentado. (RC)